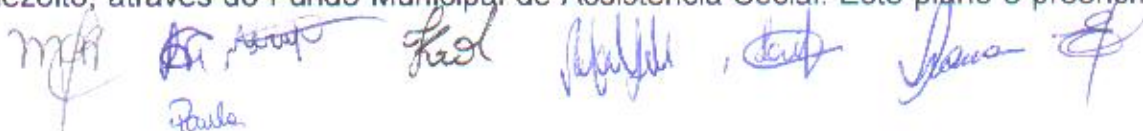

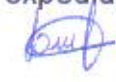
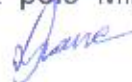



1 **ATA Nº 189/2018.** Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito,
2 às quatorze horas, na sala de reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos, sita
3 a Avenida Nereu Ramos, edifício CPC, sala 705B, reuniram-se os seguintes
4 Conselheiros Municipais de Assistência Social para reunião ordinária: Ivana
5 Alberguini, Kátia Regina Carlesso, Lidiane de Cól, Paula Nichele Mastrogiacomio,
6 Silvia Rosana Cunha, Fransinês Terezinha Swib Vaz Grokoski, Nalu Aparecida Oro
7 Paludo, Marijane Dal Pra Agne, Silvana de Lima, Suzana Cavalheiro da Silva,
8 Domingos Carolo, Rafael Geller, Neusa Fátima Zuffo, Elisiani Schmidt Sanches,
9 Marilei Cebulski Rodrigues, Michele Silva e Franciane Sassi Krol. A Presidente
10 Marilei Cebulski Rodrigues saudou e agradeceu a presença de todos e solicitou que
11 a Primeira Secretária Elisiani Schmidt Sanches fizesse a leitura da seguinte pauta: 1.
12 Leitura e a aprovação da Pauta; Aprovada. 2. Leitura e aprovação da Ata número
13 cento e oitenta e oito; Aprovada e assinada pelos presentes. 3. Justificativas de
14 ausência das conselheiras: Aline Fátima do Nascimento Magno, Marlene Del Moral e
15 Fernanda Bottin; Aprovadas. 4. Comissão de financiamento: A conselheira Ivana
16 Alberguini, Diretora de Proteção Social Básica da SEASC apresentou inicialmente a
17 prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social dos meses de Janeiro
18 a junho de dois mil e dezoito, a qual foi discutida inicialmente pela comissão de
19 financiamento. Com o abrigo domiciliar para crianças, adolescentes, idosos e
20 pessoas com deficiência neste período foram gastos R\$ 626.944,58 (seiscentos e
21 vinte e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos),
22 sendo que o repasse é de um salário mínimo por pessoa acolhida. Na proteção
23 social básica, foram aplicados em alimentação, locação de imóveis, sistema betha,
24 manutenção de conta bancária, pagamento de servidores, serviços de manutenção,
25 materiais diversos, gás, água potável, passagens aéreas, reformas, transporte e
26 inscrições em seminário: R\$ 1.083.422,70 (um milhão, oitenta e três mil,
27 quatrocentos e vinte e dois reais e setenta centavos). Com a proteção social
28 especial, foram pagos alimentação, locação do abrigo, casas lares e CREAS, sete
29 servidores dos CREAS, aquisição de leite especial, vales fotos, materiais para
30 manutenção de imóveis, aquisição de vale transporte, materiais de higiene, materiais
31 de expediente, inscrição em palestra, água, gás, telefones celulares, mesa com
32 cadeiras, utilidades domésticas, inscrições no IX Seminário dos trabalhadores do
33 SUAS, seguro de veículo e de materiais de saúde do CCI, assessoria técnica,
34 gêneros de alimentação e correlatos, diárias para participação no Terceiro
35 Congresso Catarinense de Psicologia, roupas de cama e materiais diversos: R\$
36 817.344,79 (oitocentos e dezessete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e
37 setenta e nove centavos). Com o índice de Gestão descentralizada do programa
38 bolsa família foram aplicados em: alimentação, aquisição de materiais para
39 manutenção de bens imóveis, água potável, gêneros de limpeza e correlatos, além
40 de seguro do veículo doblô: R\$ 13.338,80 (treze mil, trezentos e trinta e oito reais e
41 oitenta centavos). Para o índice de gestão descentralizada do ACESSUAS trabalho
42 foram aplicados em: confecção de carteiras de artesãos, materiais para manutenção
43 de bens imóveis, alimentação, transporte, locação de estrutura para feira do
44 artesanato, uniformes para programa trabalho e cidadania: R\$ 30.003,90 (trinta mil,
45 três reais e noventa centavos). Para o índice de gestão descentralizada do SUAS
46 foram aplicados em: diárias para reunião do COEGEMAS, passagens aéreas,
47 serviços de dedetização na secretaria dos conselhos, contratação de intérprete de
48 libras para o COMDE, diárias para capacitação, lanche e serviços: R\$ 19.960,78
49 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais e setenta e oito centavos). A prestação
50 de contas foi submetida à aprovação da plenária, que a aprovou por unanimidade.
51 Na sequência Ivana passou a apresentar o Plano de Ação para o co-financiamento
52 do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social para o ano de dois mil e
53 dezoito, através do Fundo Municipal de Assistência Social. Este plano é preenchido


Paula

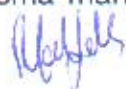
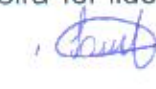
54 no sistema SUAS WEB, através de campos pré-definidos pelo Ministério de
55 Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência
56 Social, o qual é dividido em dados cadastrais da Prefeitura Municipal, Gestor da
57 Assistência Social, Fundo de Assistência Social, Conselho de Assistência Social e
58 conselheiros. Na previsão de atendimento físico foram preenchidas metas físicas de
59 0,86 no fator de operação do programa Bolsa Família, 0,80 na atualização cadastral,
60 0,95 na taxa de frequência escolar, 0,90 na agenda da saúde. Nos serviços foram
61 previstos o atendimento de trinta mil famílias referenciadas na proteção social
62 básica, nos serviços de convivência seiscentos e trinta, trinta mulheres em situação
63 de violência, dezoito idosos na alta complexidade, duzentas famílias e indivíduos em
64 situação de risco por violação de direitos, duzentos e quarenta adultos e famílias em
65 acolhimento, cem pessoas que utilizam espaços públicos como moradia, cento e
66 sessenta adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, duzentas
67 pessoas com deficiência e idosos nos serviços de proteção social especial, sessenta
68 crianças e adolescentes em acolhimento, cinquenta e quatro questionários do BPC
69 na escola, trezentos usuários no ACESSUAS Trabalho. Na previsão de
70 financiamento, R\$ 22.528,72 (vinte e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e
71 setenta e dois centavos) para o índice de gestão descentralizada do programa bolsa
72 família, R\$ 5.271,21 (cinco mil, duzentos e setenta e um reais e vinte e um centavos)
73 para o índice de gestão descentralizada do SUAS. Para os serviços foram previstos:
74 PAIF R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais); serviço de convivência e fortalecimento
75 de vínculos R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais); para o serviço de
76 acolhimento R\$ 9.000,00 (nove mil reais); para o PAEFI R\$ 13.000,00 (treze mil
77 reais); para o serviço de acolhimento de adultos e famílias R\$ 10.000,00 (dez mil
78 reais); para o serviço de abordagem social R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); para o
79 serviço que atende adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas R\$
80 13.200,00 (treze mil e duzentos reais); para o serviço de proteção social para
81 pessoas com deficiência e idosos R\$ 8.718,60 (oito mil, setecentos e dezoito reais e
82 sessenta centavos); acolhimento para crianças e adolescentes R\$ 25.000,00 (vinte e
83 cinco mil reais); questionário BPC na Escola R\$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta
84 reais), programa ACESSUAS Trabalho R\$ 6.377,53 (seis mil, trezentos e setenta e
85 sete reais e cinquenta e três centavos). Estes valores tem previsão de repasse
86 mensal, somando R\$ 2.685.072,67 (dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil,
87 setenta e dois reais e sessenta e sete centavos) no ano. Os recursos próprios do
88 município somam R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para o ano.
89 No total, estão previstos recursos na ordem de R\$ 4.185.072,67 (quatro milhões,
90 cento e oitenta e cinco mil, setenta e dois reais e sessenta e sete centavos) para o
91 ano de dois mil e dezoito. Somado a estes recursos, estão os que deveriam ser
92 repassados pelo Governo do Estado, sem previsão até o momento, e o orçamento
93 do município, que não está sendo depositado no Fundo. Destacou-se ainda que os
94 valores repassados pela União são insuficientes a partir dos altos custos dos
95 serviços, sendo custeados, na sua maioria com recursos do município. Submetido à
96 plenária, o Plano de Ação foi aprovado. Com relação ao Ofício número quatro mil,
97 quinhentos e dez de vinte e dois de março de dois mil e dezoito, enviado pelo Fundo
98 Nacional de Assistência Social ao CMAS, a comissão de financiamento analisou o
99 documento, que se reporta ao Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-
100 financeira preenchido pela gestão e validado pelo CMAS. Foram apresentadas
101 notificações, com relação a prestação de serviços co-financiados pela união de
102 forma regular, sem descontinuidade, sendo preenchido pelo conselho que alguns
103 foram descontinuados, pois foram prestados em forma de colônia de férias, no
104 período de férias escolares. O Ofício destaca que a prestação de serviços sem
105 descontinuidade é condição para a reprogramação de saldos dos pisos recebidos
106 pelo município, conforme Portaria número 625/2010 expedida pelo Ministério de




Paula

 ,   

107 Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Que para sanar esta impropriedade o
108 gestor deverá verificar com o CMAS quais pisos em que não ocorreram a condição
109 descrita, podendo ter que fazer a devolução do valor repassado, ou, caso tenha sido
110 equivoco no preenchimento, o CMAS deverá se manifestar através de ofício ao
111 FNAS. Os conselheiros questionaram a demora no apontamento deste fato, que é
112 do ano de dois mil e quinze. Também que a maioria dos gastos com os serviços são
113 custeados pelo município, pois os recursos federais, além de não serem suficientes,
114 são repassados de forma descontinuada. Destacou-se que a resposta do CMAS, na
115 época, se deu em função de que algumas unidades ofertaram os serviços num único
116 espaço, reunindo o público e possibilitando a organização das férias dos servidores
117 no mesmo período, caso contrário, o serviço ficaria prejudicado por vários meses do
118 ano para que cada um pudesse gozar destas em períodos diversos. As alternativas
119 apresentadas para preenchimento não permitiam outras respostas, por isso, a
120 plenária do CMAS considerou esta alternativa a mais adequada para o
121 preenchimento. Segundo orientações do próprio MDS, existe a possibilidade de
122 realizar recesso, quando as atividades dos SCFVs foram planejadas de acordo com
123 a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, levando em consideração a
124 realidade de cada município e as demandas das famílias e participantes do serviço.
125 Consideramos ainda as dificuldades na manutenção dos SCFV diante da
126 descontinuidade no repasse dos recursos co-financiados pela União, com atrasos
127 consideráveis, além do valor irrisório no cofinanciamento, restando para o município
128 arcar com as despesas de manutenção dos serviços permanentes, porém, com
129 repasses descontinuados. Estas questões serão respondidas através de ofício. **5.**
130 Comissão de normas: a ASDI – Ação Social Diocesana havia pedido espaço nesta
131 reunião, porém, não compareceu nenhum representante. A plenária discutiu com
132 relação a manutenção da inscrição da entidade, visto que já se passou um ano do
133 fechamento do serviço de acolhimento em casa de passagem e a entidade não está
134 desenvolvendo nenhum serviço tipificado até o momento. Desta forma, a plenária
135 deliberou por unanimidade pelo cancelamento da inscrição da entidade. Para
136 retomar a inscrição, a entidade necessita apresentar novo pedido, que passará por
137 nova avaliação e inscrição. **6.** Denúncias. A Presidente leu uma denúncia recebida
138 através de e-mail que a “Secretaria de Assistência Social - SEASC está adquirindo
139 móveis para uso em espaço de outra secretaria, sendo destinado para beneficiar
140 cargos políticos, utilizando recursos do Fundo Municipal de Assistência Social. Além
141 disso, a pessoa que ocupa esse cargo político está em desvio de função, seu cargo
142 refere-se a Gerente de Média Complexidade, mas atua como Coordenadora da
143 Praça CEU. Fato já denunciado anteriormente.” A conselheira Ivana destacou que
144 neste ano não foram adquiridos móveis e não identifica que o fato tenha ocorrido. Os
145 conselheiros consideraram necessário que sejam acrescentadas informações para
146 futura averiguação, as quais serão solicitadas através de resposta ao e-mail
147 recebido. **7.** Preenchimento de questionário MPSC sobre atendimento ao idoso,
148 juntamente com Conselheiro Municipal dos Direitos do Idoso: foi preenchido pelas
149 conselheiras Ivana e Lidiane de Col e consistia em um diagnóstico dos serviços
150 prestados no município aos idosos, sendo que será enviado cópia aos conselheiros
151 para conhecimento. **8.** Correspondências Expedidas: Ofício 019/2018: à Sra. Ulda
152 Baldissera, Secretária Municipal de Assistência Social, encaminhando denúncias de
153 desvio de função na SEASC. Ofício 020/2018 à Sra. Ulda Baldissera, Secretária
154 Municipal de Assistência Social, pedindo esclarecimentos acerca de denúncias
155 recebidas pelo CMAS. Ofício 022/2018: à Sra. Ulda Baldissera, pedindo agilização
156 da Lei do SUAS. A conselheira Ivana comentou que a Lei está em votação na
157 Câmara de Vereadores e que na proposta foi suprimido o Fundo Municipal de
158 Assistência Social e o CMAS, pois estão previstos na Lei 6565/2014. **9.**
159 Correspondências recebidas: da mesma maneira foi lido o ofício 291/2018 da Sra.

  
Ivana
Lidiane

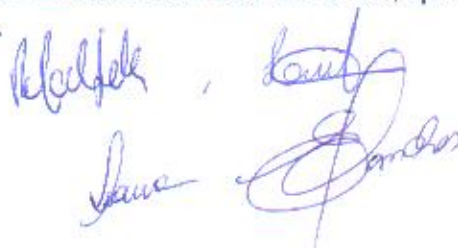
 

160 Ulda Baldissera em resposta ao ofício 020/2018-CMAS que visa prestar
161 esclarecimento acerca de denúncias envolvendo a SEASC. No ofício a Secretária
162 Ulda esclarece que a servidora pública Cleria Ferreira Prestes é auxiliar de serviços
163 internos na Casa de Passagem e por equívoco foi cadastrado no IDS a formação
164 dela como Assistente Social e não a função que ela realmente executa. Quanto a
165 denúncia de que não tem psicóloga no CCI, justificou que a equipe de referência
166 está passando por um reordenamento interno para maior eficácia dos serviços aos
167 idosos, mas a Psicóloga Joeline Cristofoli Marques faz parte da equipe de referência
168 que atende o CCI e as Famílias Acolhedoras, entendendo que uma profissionais é
169 suficiente para atender os dois serviços, considerando a demanda do CCI. **10.**
170 Informes gerais: a coordenadora da Comissão de Normas sugeriu que a visita ao
171 CAPP fosse realizada dia vinte e um de agosto e a reunião da comissão de normas
172 que seria realizada hoje após a reunião do CMAS ficou transferida para vinte e três
173 de agosto, às treze horas e trinta minutos na sala dos conselhos. A Conselheira
174 Elisiani Schmidt Sanches, em nome da Comissão de Eventos, sugeriu a plenária que
175 a próxima reunião fosse descentralizada no Programa Viver Ações Sociais,
176 localizado na Rua Altério Ducatti, número quatrocentos E, no Bairro Quedas do
177 Palmital, no dia dezanove de setembro de dois mil e dezoito, conforme calendário de
178 reuniões ordinárias, as catorze horas, o que foi aceito pela maioria absoluta dos
179 presentes. Sem mais nada em pauta foi encerrada a reunião com um coquetel
180 compartilhado e esta ata foi lavrada por mim Elisiani Schmidt Sanches, que após lida
181 e aprovada será assinada pelos presentes.



Paula M. H. Portocarrero Ribeiro





REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 15/08/2018 - Horário: 14h00min Local: Edifício CPC – sala 707B

NOME	T/S	SEGMENTO QUE REPRESENTA	ASSINATURA
Ivana Teresinha Alberguini	T	Gestão e Financiamento/SEASC	Ivana
Kátia Regina Carlesso	S	Gestão e Financiamento/SEASC	Kátia R. Carlesso
Marlene Del Moral	T	Proteção Social Básica/SEASC	
Lidiane de Cól	S	Proteção Social Básica/SEASC	Lidiane De Col
Paula Nichele Mastrogiacomio Hubner	T	Proteção Social Especial/SEASC	Paula N. Mastrogiacomio Hubner
Silvia Rosana Cunha	S	Proteção Social Especial/SEASC	Silvia Cunha
Fransinês Terezinha Swib Vaz Grokoski	T	Secretaria Municipal de Saúde – SESAU	Fransinês
Nalu Aparecida Oro Paludo	S	Secretaria Municipal de Saúde – SESAU	Nalu
Aline Fátima do Nascimento Magno	T	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/Diretoria de Habitação	Aline
Fernanda Bottin	S	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/ Diretoria de Habitação	Fernanda
Luciana Lora	T	Secretaria Municipal de Educação SEDUC	
Marijane Dal Pra Agne	S	Secretaria Municipal de Educação SEDUC	Marijane
Silvana de Lima	T	Usuário da Assistência Social CRAS CEU	Silvana
Suzana Cavalheiro da Silva	S	Usuário da Assistência Social CRAS - Efapi	Suzana
Josecléia de Fátima Otto	T	Usuário da Assistência Social CRAS Seminário	Substituída
Domingos Carolo	S	Usuário da Assistência Social CRAS Líder	Domingos Carolo
Rafael Geller	T	Entidades, Organizações, Serviços, Programas/APAE.	Rafael Geller
Solange Parizotto	S	Entidades, Organizações, Serviços, Programas/CAPP.	Solange
Neusa Fátima Zuffo	T	Entidades, Organizações, Serviços, Programas/FCD.	Neusa Zuffo
Elisiani Schmidt Sanches	S	Entidades, Organizações, Serviços, Programas – Programa Viver Ações Sociais.	Elisiani

